

A ascensão do Islã, e as inserções muçulmanas na África*

Marcos Campos da Silva.

FACH - UFMS.

Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

marcoscampos205@gmail.com

Resumo:

Este artigo dedica-se à análise do processo histórico da origem e expansão do Islã pela África, aos impactos de sua recepção e ressignificação. Desse modo, o foco é caracterizar as funções político-sociais da fé muçulmana na África, com o enfoque no Mali durante os séculos XIII e XIV, período de sua hegemonia político-territorial no Sudão Ocidental, bem como compreender de quais formas se desenvolveram as relações entre o Islã e as estruturas políticas entre os povos locais.

Palavras-chave: Islã, Muçulmanos, Maomé, Mali, Mansa Musa.

Introdução.

Este artigo constitui-se de um estudo bibliográfico, que busca compreender sobre o processo de desenvolvimento histórico do Islã, tendo por referência o processo de infiltração da religião na África.

Primeiramente, esse trabalho aborda como o Islã nasce e se estrutura na Península Arábica, em meio a um contexto comercial. Apresenta, também, como Maomé utiliza-se da religião para congregar as tribos árabes em um Estado teocrático, utilizando um modelo de organização comunitária. Em segundo momento, aponta como muçulmanos se estruturaram após a morte do profeta. A partir disso, apresenta a formação dos califados, como eles trabalham a ideia de expansão. Nesse sentido, mostrar como a estratégia de não conversão era utilizada para coletar recursos que viabilizassem o crescimento territorial.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Por conseguinte, salienta as causas da forte infiltração muçulmana na África do Norte a partir do século VII. Acentua ainda que, mesmo que o conceito primário do Islã fosse baseado numa expansão religiosa, ele carregava consigo novas práticas e propostas culturais e políticas. No continente africano, estas propostas espirituais e materiais do Islã chegaram de diferentes formas, e foram integradas e reinterpretadas de diversas maneiras.

Logo, ao analisar a presença do Islã entre os africanos, esse artigo destaca a especificidade simbiótica dessa experiência, ressaltando a formação de uma identidade religiosa plural nesta região. Assim, é descrito como o Islã passa a ser utilizado como elemento de reconstrução da narrativa perante as religiões locais.

A fim de citar um exemplo do impacto da religião na África, este trabalho descreve como os povos locais utilizaram da lógica comercial com os muçulmanos, para constituir um dos mais influentes impérios do período, Mali. Para Silva (1992), Mali foi um império de longa duração, tendo o seu apogeu nos séculos XI e XVI. Para efetivar esse relato, este artigo mira em um dos líderes dessa localidade, Mansa Musa. Segundo o autor, foi quem utilizou-se do contato com a fé muçulmana em sua totalidade, por isso, será apresentado como ele instituiu a sua autoridade e expressividade histórica através de elementos políticos e religiosos provindos da fé muçulmana.

Maomé e a formação do Islã.

O surgimento do Islã no século VII está intimamente ligado à história da Península Arábica, a ponto de criar, no senso comum, uma ideia equivocada de que a fé muçulmana é proferida exclusivamente por árabes. Essa percepção, possui uma raiz histórica que remonta à origem do Alcorão, o qual é entendido como a palavra de Allah¹ revelada, dita ao profeta Maomé, em árabe, bem como os costumes e práticas sociais (Al-Azmeh, 2014 p.105). Contudo, a partir da

¹"Esse deus foi o Deus por antonomásia, designado na maior parte das línguas semíticas pela palavra Allah, "o deus", em árabe: "Eloim", em hebraico: "El", em aramaico: "Eli Deus meu". " (VERNET, 2004, p.40).

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

expansão do Islã para além dos territórios árabes, a religião passa a deter um caráter universal.

Mesmo que a carga histórica do Islã esteja relacionada com o contexto social, político e cultural da Península Arábica, é importante apontar quem eram os árabes antes do contato com a fé muçulmana. Segundo Vernet (2004), eram formados grupos ligados pela língua semita², e se organizavam, a priori, ao redor do deserto de Hejaz e a Mesopotâmia, e se espalharam pelo norte da Península Arábica no início do século VI. Estes eram divididos em grupos beduínos³

As costas dessas regiões, cujos rios deságuam no mar Vermelho, possuíam recorrentes relações comerciais e humanas com os povos que viviam diante delas: Egito e Abissínia (Vernet, 2004, p.14). Diante disso, a partir do século VI, migrações oriundas de reinos do sul da Arábia seguem para o norte e formam novas tribos como os Lakhmidas e o Sassânidas. Estes são justamente os que, de maneira mais intensa, estabelecem importantes rotas de comércio de perfume e incenso com a Síria, Iêmen, e a Pérsia.

Perante essa conjuntura, comerciantes enriqueciam e passavam a exercer influência local dentre essas tribos conhecidos, em árabe, como Banu. Um deles, passa a se destacar na região Centro-Oeste da península arábica os: Banu Quraysh, conhecidos, em português, como a tribo coraixita.

Como boa parte dos árabes da península, os Quraysh, seguiam um politeísmo tradicional, que era cultuado através de um centro de adoração na cidade de Meca, conhecido como Al Kaaba⁴. Tribos de toda a península vinham

² "Relativo ao grupo etnolinguístico oriundo da Ásia. Estes se consideram descendentes de Ismael, filho de Abraão e Agar, que era filha do rei de Al-Hejaz, ligando assim a tradição bíblica com o árabe " (VERNET, 2004, p.40).

³ "Do árabe Badawiyy, é a palavra designada a habitantes do deserto". Beduínos na Infopédia. Porto Editora, 2023. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$beduinos](https://www.infopedia.pt/$beduinos). Acesso em: 02/10/2023.

⁴ "Esta construção é conhecida pelos muçulmanos como a Casa Sagrada, e é o local mais importante do mundo para os seguidores do Islam. Ela também é a qibla, ou seja, a direção para onde os fiéis devem fazer as suas orações obrigatórias. Seu nome traduzido para o português significa "cubo", o que se deve ao formato de sua arquitetura. " El Din, S. **Caaba: O Que é, Quem Construiu e O Que Significa**. Iqaraislam, 2014. Disponível em: <https://iqaraislam.com/caaba>. Acesso em 13/12/2023.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

adorar divindades específicas na Al Kaaba, como as deusas Allat, Manat e al-'Uzza⁵.

Segundo Al-Azmeh (2014) este evento ocorria anualmente, e a com presença desses fiéis, um vigoroso comércio florescia na localidade, e eram os Quraysh que desempenhavam um papel central como intermediários nas trocas de mercadorias. Além disso, lucravam significativamente com a venda de oferendas religiosas, como animais para sacrifícios utilizados durante os rituais.

Nessa conjuntura, em Meca, existiam indivíduos que mantinham uma espécie de monoteísmo abraâmico, que se vinculava com a tradição semita dos descendentes de Ismael, chamados de Hunafa (Al-Azmeh, 2014, p. 75). Um desses, chamado de Abu Al Qasim Muhammad, que advinha dos Banu Hashim, um clã dos coraixitas, teve uma revelação divina no ano de 610 e, a partir das suas pregações, “nasce” o Islã. Passa, então, a ser conhecido como o profeta Muhammad ou Maomé.

Esse processo tem início quando Maomé realiza algumas de suas viagens à Síria, visto que seu tio praticava o comércio através de caravanas. Neste processo, é possibilitado a ele conhecer variadas tribos e povos distintos da sua realidade. Assim, a partir desse contato, ele aprende muito sobre diversos sistemas religiosos. Segundo Arbex (1996), esse fato seria fundamental no futuro, quando formularia as leis do Islã.

Sem abandonar por completo a sua atividade profissional, o profeta se integra, cada vez mais, a retiros e meditações. E como dito em 610 d.C, durante essas meditações que costumava fazer em cavernas próximas a Meca, especialmente no monte Hira⁶, Maomé começa a ter visões e a ouvir vozes que acreditava ser de origem divina (Demant, 2008, p.25).

⁵ "Allat, Manat e al-'Uzza são as três deusas que, foram as principais divindades de Meca. Em torno dessas três Deusas, se generalizou cultos que se propagaram por todo mundo árabe, e que era especialmente peculiar da tribo Quraysh. Eram também deusas mencionadas no Alcorão que o profeta Maomé se recusou a reconhecer como parceiras do Deus único. De muitas maneiras, eles representam a religião da jahilliya ou "o tempo da ignorância" que os muçulmanos viriam a descrever como o tempo anterior ao Islã. " ZOE, I. **Arabia and the Arabs: The Making of an Ethnos.** Rhode Island: Brow University, 2007.

⁶ "Monte Hira ou Jabal Hira, é um local sagrado para os muçulmanos, pois é onde o Profeta Muhammad recebeu a primeira revelação do Alcorão, segundo a tradição muçulmana. "

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

As revelações não pararam neste episódio. Maomé continuava a receber as mensagens que, em suma, verbalizavam a ideia de um Deus único e onipotente, ao qual cada ser humano deve se submeter, indo ao encontro da semântica do Islã, que, em árabe, significa submissão. Portanto, o verdadeiro muçulmano é aquele que se declara perfeitamente submisso a Deus (Piazza, 1996, p.384).

Ao acreditar ter sido escolhido por Deus como difusor de sua mensagem, Maomé passou a assumir o papel de profeta, tendo as revelações como guia. No princípio, as mensagens orientavam a pregar e converter os seus conterrâneos, e em seguida passam a guiá-lo como o organizador de uma sociedade muçulmana.

Primeiramente, Maomé consegue converter a nova fé seus familiares, e amigos próximos. No início, seu grupo de ouvintes era mínimo, mas suficiente para incomodar a elite comercial de Meca, visto que a pregação do Islã ia contra o viés politeísta da localidade. Sendo assim, prejudicava a renda fornecida pelas caravanas (Demant, 2008 p.26).

Assim, a repressão contra essa pequena comunidade se inicia, fazendo com que ele e seus seguidores se deslocassem da localidade. Por isso, Maomé se desloca a uma cidade mais aberta às suas demandas: Yatrib, cidade situada em um oásis a 350 quilômetros ao norte de Meca. Esta migração, foi realizada em 24 de setembro do ano 622 d.C, sendo chamada de Hégira (do árabe hijra: exílio, emigração), marcando o início do calendário lunar islâmico. Além disso, essa data foi considerada como a origem da cronologia muçulmana⁷.

Esse processo de fixação em Yatrib, gerou o início de uma fase decisiva na vida do profeta, visto que seu empenho em fazer triunfar a nova religião aumentava. A cidade, até então nomeada de Yatrib, depois desse contato, passa a ser chamada de Medina (a cidade do profeta). Dessa forma, a localidade se torna sede de uma ativa comunidade, na qual Maomé era o chefe espiritual e temporal. (Mantram 1973, p.64).

⁷ El Din, S. Hégira: A migração do Profeta Muhammad para Medina. Iqaraislam, 2014. Disponível em: <https://iqaraislam.com/hegira>. Acesso em 22/01/2024.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Para Demant (2008, p.26), esse fato formou o primeiro estado muçulmano, ainda que pequeno. Ademais, para Armstrong (2002):

se instaura no povo árabe a ideia que dentre eles havia surgido alguém capaz de estipular diálogos em pé de igualdade, reestruturando as velhas bases políticas árabes (ARMSTRONG, 2002).

Mediante as pregações do profeta, uma proposta de sociedade absolutamente nova surge na localidade, cuja ideia de submissão incondicional a Deus (Allah) deveria substituir os preceitos de fé e conduta politeísta, que, por tradição, eram praticados pelas tribos árabes. Desse modo, para Vernet (2004), Maomé se distanciava dos padrões ancestrais no relacionamento entre as tribos árabes, instituindo um modelo de organização comunitária religiosa.

Todavia, muito além da premissa de uma unidade religiosa, Maomé aspirava à liderança de uma Arábia teocrática, que legitimasse as suas conquistas dentro da Península, firmando alianças, e em última instância, realizando conversões ao Islã (Jomier, 1993, p.7). Por isso, a ideia de unidade proposta pelo profeta é um ponto importante para entender os muçulmanos, pois, para Vernet (2004), a fundação da própria ideia do Islã se baseia no fundamento do poder duplo. Este era uma junção da política com a religião simultaneamente, ou seja, não havia o princípio de autonomia entre essas esferas. Então, os muçulmanos, a partir disso, analisam e vivenciam a realidade, considerando um viés político-religioso.

Após o falecimento do profeta em 632 d.C, o conceito de um Estado teocrático foi simbolizado pela figura política dos califas Rashidun (do árabe, “representantes corretamente orientados”), ou seja, membros fiéis aos princípios do Profeta, que o representariam perante todas as tribos da Península. No entanto, a aceitação desse novo sistema de poder árabe pelas tribos, a posteriori, pode ser considerada como um dos maiores desafios políticos enfrentados pelo Islã, a partir desse período.

Desse modo, após a morte do profeta, as forças árabes unidas pelo Islã já eram consideráveis, por isso a sucessão política dessa nova força era uma questão muito sensível. Nesse sentido, os habitantes de Medina se reúnem para

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

debater quem seria o novo líder. A partir dessa reunião, Abu Bakar, o qual era um de seus primeiros seguidores, é escolhido como califa. Isso mostra que a estrutura política que surge com a unificação dos árabes sobre o Islã tinha, por sua vez, a sua legitimação política ligada à imagem do profeta.

Dinastias Omíada e Abássida.

A partir dessa linha sucessória, vale destacar Uthman IBN Affan. Este, genro do profeta, assume em 644 d.C. E partir disso, as insatisfações por parte dos muçulmanos crescem, uma vez que Uthman vinha da dinastia dos coraixitas, chamadas de Banu Umayya. Então, ao assumir, favoreceu explicitamente aqueles vinculados a seu clã.

Além disso, nessa lógica de poder se estabelece a hereditariedade, ou seja, o califa indicaria qual dos seus filhos iria lhe suceder. Logo, essa ideia de eleição era uma forma de se perpetuar no poder, o que para Jomier (1993), garantiu alguma tranquilidade nessas passagens de reinados. Entretanto, essa concentração de poder não passa despercebida, uma vez que começam a ocorrer diversas revoltas contra o califado. A priori, não desestabiliza a situação do califado, mas, não seria uma tarefa fácil, visto que constantemente resolviam dissidências políticas acarretadas por esse ideário.

Nessa conjuntura, os conflitos aumentam significativamente, uma vez que os Omíadas, a princípio, não incentivam a conversão, devido ao fato que os não-muçulmanos mantinham a prática de pagamento de impostos. Por esse motivo, tinham permissão de professar sua religião, porém, pagariam um imposto excedente pelo direito de praticar sua fé em territórios controlados pelo Islã. A partir dessa abordagem, de expansão, apenas do ponto de vista político e não religioso, fugia-se da temática inicial do Islã, à medida em que eles não incentivavam a conversão aos conquistados. Segundo Jomier (1993), havia esse certo desinteresse, pois o foco era garantir o recolhimento de impostos. Assim, os conquistados não deviam ser convertidos à força, posto que promoviam lucro, o que para o autor, era interessante para o califado neste momento de expansão.

Outro descontentamento por parte dos revoltosos, era devido ao fato de que os Omíadas sempre tendiam a privilegiar em toda a sua estrutura

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

governamental somente aos de origem árabe, alocando-os nos principais postos de poder, o que desagradava, obviamente, às outras elites dos territórios conquistados. Portanto, estes ficavam insatisfeitos por não serem inseridos nesses cargos, aos quais achavam que tinham direito, posto que eram convertidos ao Islã (Hourani, 2006, p.21).

Então, em 747 d.C, um comandante de origem persa, chamado Abu Muslim, consegue de alguma forma, condensar todas essas insatisfações, angariando apoio suficiente para derrotar os Omíadas. Esse conjunto de fatores, que destronou o império Omíada, possibilitou a ascensão do império Abássida. Estes, agora, se concentram em impor a fé muçulmana para os conquistados. Além disso, para Vernet (2004), o tempo desse califado foi um período fundamental na história do Islã, uma vez que eles se destacaram pelo desenvolvimento de uma cultura letrada, política e religiosa, muito mais cosmopolita, ou seja, passível de ser adotada e disseminada mesmo fora dos limites políticos do califado (Vernet, 2004, p.133).

Esse movimento cultural dos abássidas, inicia com Abu Jafar, o sucessor de Abu Muslim que foi o primeiro califa abássida. Em primeiro momento, ele ordena o intenso processo de traduções de obras persas, indianas e gregas para o árabe, fazendo com que assuntos como astrologia indiana, administração sassânida e a medicina greco-romana fossem rapidamente incorporados ao ambiente intelectual abássida (Giordani, 1992, p. 88).

Contudo, Giordani (1992) aponta que mesmo que os abássidas tenham desenvolvido uma cultura islâmica intelectualmente significativa, no campo político, os sucessos foram menos impressionantes, ao passo que, o califado perde território gradativamente.

África e as inserções muçulmanas.

Se o mundo muçulmano, nesse cenário, apresentava reestruturações, a ideia de conversão ao Islã dos territórios conquistados não se alterava. Pelo contrário, elas se tornavam mais profundas à medida que novos contingentes humanos se convertiam à fé muçulmana. À proporção que, a essa altura, *Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

seguindo o vale do rio Nilo e a costa oriental africana, a religião do Islã continuava a sua expansão ao longo das rotas comerciais, levada muitas vezes pelos próprios mercadores, este avanço continuou pelo Sahel e pela margem sul do deserto do Saara, avançando em direção ao interior da África (Bissio, 2012, p.403).

Todavia, mesmo com a intensificação da expansão muçulmana no continente africano, conforme Vernet (2004), a religião do Islã já tinha contatos com a localidade desde seu princípio. Isso se deve primeiramente pela questão geográfica, já que a península arábica faz fronteira marítima com o Egito, tornando-o a primeira região africana a estabelecer contatos iniciais com a cultura e a fé muçulmana, considerando que a difusão do Islã e as palavras do Alcorão eram feitas por pregadores que acompanhavam as caravanas de comércio. Assim, a língua e a cultura árabe foram assimiladas pelos povos do deserto e das savanas.

Para El Fasi (2010), as vias de comércio disponibilizadas pela África do norte eram um ativo potencializador tanto na área econômica quanto política. Por isso, o Egito, então província bizantina, foi a primeira região da África ocupada pelas tropas árabes muçulmanas. Segundo o autor, a conquista foi rápida, visto que as guarnições bizantinas eram pouco numerosas e a população copta⁸ não opôs nenhuma resistência. Pelo contrário, apresentou um bom recebimento àqueles que vinham libertá-los do jugo bizantino (El Fasi 2010) porquanto além da taxaçoão muito pesada e de outras formas de exploraçoão às quais estavam submetidos, os coptas eram perseguidos pela igreja ortodoxa bizantina em razáo do seu monofisismo⁹.

⁸ [...] "termo que se refere principalmente à população cristã autóctone do Egito, que, com a primeira conquista romano-bizantina e depois árabe-islâmica, ainda continuou a falar a sua própria língua copta e a professar a sua fé" (El Fasi 2010, p.97).

⁹ "O monofisismo foi uma doutrina que surgiu no século V, na escola Teológica de Alexandria, que, na verdade, era um movimento e não um local. Na perspectiva monofisista, Jesus Cristo, o filho de Deus, tinha uma natureza unicamente divina. A visão pregada por essa vertente era completamente contrária à considerada pela Igreja do ocidente, que considerava as naturezas humana e divina de Cristo." Santana, E. **Cisma do Oriente**. Educa mais Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/cisma-do-oriente>. Acesso em: 03/01/2024.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Em vista disso, para El Fasi (2010), a conquista árabe do Egito, teve êxito por não realizar a conversão forçada dos coptas, o que possibilitou condições econômicas e sociais. Tais benefícios incluía, a participação dos convertidos a cargos relevantes no governo, e o não pagamento de impostos.

Portanto, mesmo que inspirados por um ensinamento religioso, os muçulmanos não esperavam, em princípio, que os povos conquistados se convertessem ao Islã, pois lhes permitiam conservar as suas próprias crenças. Ao longo de algumas gerações, a maioria das populações urbanas gradualmente se converteu à fé muçulmana, e mesmo os não-convertidos tendencialmente adotavam o árabe, transformado em língua veicular (El Fasi 2010, p.31).

No entanto, desde a sua chegada à África, o Islã se defrontou com a permanência da religião e costumes locais, visto que, para a maioria dos convertidos, a adesão do Islã jamais significou o total abandono de todas as práticas politeístas associadas à sua religião tradicional.

Nessa conjuntura, o comércio exterior da África era feito ao longo de dois grandes eixos orientados nos sentidos Por essa estrada, conhecida como a rota do Sudão, circulavam não só mercadorias, mas também peregrinos muçulmanos. Assim, por esse percurso, o Sudão Oriental abria-se às influências culturais, permeadas por eruditos muçulmanos que mantinham relações estreitas com o vale do Nilo (Bethwell, 2010, p.221).

Até então, segundo Bethwell (2010), o Islã tinha se expandido apenas por intermédio de dois grupos: os comerciantes, e, principalmente, os árabes nômades. Os comerciantes, desde o século VII, agiam como propagadores da fé muçulmana. Ou seja, para o autor o comércio e o proselitismo sempre caminharam juntos à margem das sociedades muçulmanas. Já os árabes nômades, mesmo que não obtivessem grande conhecimento da doutrina do Islã, desempenharam um grande papel na expansão da fé muçulmana, principalmente através de casamentos com os sudaneses.

Os muçulmanos desta primeira época tendiam a constituir pequenas comunidades dispersas ao longo das grandes rotas comerciais que cortavam todo o Sahel e o Sudão. Nestes locais, mercadores muçulmanos viviam em

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

bairros separados, onde construíram mesquitas e não tardaram a se distinguir dos outros habitantes em virtude de certos hábitos e costumes associados à prática da sua religião. Essas comunidades, ao longo das rotas comerciais e nos grandes centros urbanos, constituiriam as bases para a propagação do Islã (Curtin, p.48, 1975).

Seguindo a vertente comercial, a infiltração muçulmana na localidade se deu pelo interesse no deserto do Saara. Posto que, era uma grande rota de circulação, pela qual comboios de camelos proporcionaram, através do deserto, a ligação entre diferentes centros culturais e econômicos. Sendo assim, as rotas transaarianas eram caminhos do comércio caravaneiro que cruzavam o deserto do Saara na África Centro-Occidental, que interligam as economias locais e regionais do Sahel (África subsaariana, área de savanas que separa o deserto das florestas tropicais) à Costa Mediterrânea no norte da África. Algumas dessas grandes rotas que atravessavam o Saara iam em direção ao Egito e ao Mar Vermelho, contribuindo grandemente para estreitar os laços culturais e econômicos da região com o mundo muçulmano (Demant, 2004, p. 78).

Vale ressaltar que essas rotas comerciais foram responsáveis, desde a antiguidade, por trocas e interações entre diferentes povos. Também proporcionaram a disseminação de conhecimento, intercâmbio cultural, político e religioso. Tais rotas se estenderam e se intensificaram na África e apesar das dificuldades naturais de atravessar o deserto, muitas caravanas de muçulmanos cruzavam o Saara a oeste em busca de ouro, sal, e escravizados, formado por homens e mulheres que eram comercializados no Mediterrâneo e no Oriente Médio (Costa, 2009, p. 13).

No entanto, nessa lógica, o ouro era a principal moeda de troca entre os povos do deserto. Para Costa (2009), antes do descobrimento da América, todo o ouro usado na cunhagem de moedas tanto na Europa cristã, quanto no mundo muçulmano eram providas da África. No caso do Mediterrâneo vinha sobretudo da África Occidental, e eram transportadas pelo deserto por meio de grandes caravanas, e que para o autor, foi fator responsável pelo aparecimento de grandes estados de poder centralizado na localidade. EL Fasi (2010) corrobora apontando que:

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Esta abertura para o Saara e para a zona sudanesa conferia à África do Norte uma particular importância para a economia do mundo muçulmano. Quando o ouro sudanês começou a afluir rumo à costa mediterrânea em quantidades cada vez maiores, ele provocou uma ascensão econômica que permitiu a numerosas dinastias muçulmanas reinantes no Oeste abandonarem a moeda de prata em proveito da moeda em ouro (El Fasi 2010, p.37).

Muitas foram as consequências destas ações. Para Costa (2009), por exemplo, foi graças a essas regulares rotas de comércio transaarianas permeadas pelos muçulmanos é que se tem notícia escrita das civilizações negras ao sul do Saara (Costa, 2009, p. 14). Este pensamento pode ainda ser reforçado por Dramani-issifoul (2010) quando apresenta que:

O papel do Islã, tanto na difusão de ideias como no comércio, foi de extrema importância à época. Nossos conhecimentos sobre as populações no período que ora tratamos muito devem aos trabalhos dos geógrafos, viajantes e historiadores muçulmanos.

Este comércio, agora estabelecido, beneficiava ambos os lados uma vez que a África fornecia escravos, ouro e sal, os quais eram trocados por tecidos de algodão, joias, armas e diversos outros produtos provenientes do Oriente. Segundo Meihy (2020), estes contatos entre alguns mercadores árabes e africanos certamente provocaram conversões, ao passo que, serviam de guia e participavam das escoltas nas caravanas. Ou seja, durante o trajeto, ouviam as pregações dos comerciantes muçulmanos. Além disso, para o autor, esta influência da cultura muçulmana junto às populações locais na região provavelmente foi mais forte e profunda nas instalações comerciais. Ademais, Meihy (2020) aponta que:

O Islã soube prosperar do ponto de vista religioso e econômico em áreas geográficas bastante desafiadoras. Ao recorrer às rotas de comércio, a propagação do Islã conseguiu ultrapassar os limites naturais de terras desfavoráveis à manutenção da vida, e a região do Saara é uma prova disso. Em direção à África Ocidental, a expansão da fé islâmica cruzou o deserto norte-africano pelas antigas rotas de comércio e se fixou nas cidades mais ao sul, favorecidas por sua compatibilidade com atividades econômicas urbanas, como o comércio. (Meihy, 2020, p.52).

Este lado comercial das conversões ao Islã através do Sahara e África Ocidental é explicado por Meihy (2020), onde a própria religião do Islã nasce no seio da sociedade comercial de Meca e pregada por um profeta que foi por um

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

período também um comerciante. Destarte, a fé muçulmana apresentaria um conjunto de preceitos morais e práticos estreitamente ligados às atividades comerciais. Por isso, está primícia ajudava a controlar as relações comerciais, e segundo o autor, proporcionava uma base unificadora que promovia a segurança no crédito e nas transações comerciais.

Enquanto isso, Monteil (1967) expõe que alguns dos aspectos de sucesso nas conversões ao Islã, era o medo da escravidão em algumas partes da África. Principalmente nas áreas próximas aos grandes Estados sudaneses, onde era alta a captura de escravizados para venda no comércio transaariano. A princípio, um muçulmano não poderia escravizar outro muçulmano. Desse modo, esta modalidade de conversão também passa a existir.

Então, nota-se que na localidade já se praticava o comércio de escravos. Todavia, para Bethwell (2010), a partir do estreitamento dos muçulmanos com a região, mesmo com a premissa da fé de não escravização, eles passaram a adquirir escravizados deste comércio.

Segundo o autor, essa compra tinha como objetivo realizar trocas por produtos vindos da Índia. Já em segundo plano, as requisições foram com o intuito de utilizá-los em funções militares, graças a que grande parte desse contingente era formado por combatentes (Bethwell, 2010, p.206). Conseqüentemente, o resultado disso foi o aumento na demanda de escravizados negros.

Por isso, ao converter o norte da África, os muçulmanos contribuíram para estimular ainda mais a escravidão dos impérios negros. Estes frequentavam todos os portos da Costa Oriental da África, trocando produtos por escravos (Silvério, 2013, p. 410).

Com base nos fatos expostos acima, para Meihy (2020), essa lógica comercial pode ser entendida como tradicionalmente a cultura muçulmana se moldava a aspectos da cultura e da organização política dos lugares por onde se fixava. Em vez de uma substituição violenta das elites locais, utilizava-se da incorporação de novos adeptos à fé muçulmana, permitindo que os comerciantes já estabelecidos nas diferentes regiões do continente africano fossem incluídos

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

nos espaços de poder criados pela nova ordem política instituída pelo Islã na África.

Desse modo, para El Fasi (2010), o Saara e vastas regiões do Sudão estavam neste período abertos ao comércio e ligados desse modo à esfera econômica muçulmana, tendo como suas principais exportações o ouro e os escravos. Assim, a religião e a cultura muçulmana difundiram-se ao longo das rotas comerciais e integraram-se progressivamente às culturas africanas.

Por outro lado, para Hopkin (1973), mesmo com a rápida expansão do Islã na África, a maioria da população continuava a professar as religiões politeístas dos seus ancestrais, não se convertendo à religião muçulmana. Por um tempo esse processo ficava restrito apenas a corte e elite política. Logo, a adesão do Islã por parte destas elites por interesses comerciais surge como uma possibilidade de construir laços comuns de relação política e religiosa, seguindo a ideia primária do Islã de teocracia.

Além disso, Hrbek (2010) elucida que:

Aparentemente, ao longo do século V/ XI, a dinâmica de um desenvolvimento anterior em numerosos Estados sudaneses entrou em uma fase na qual a ligação com o islã oferecia certas vantagens às classes dirigentes e a um grupo cada vez maior de comerciantes locais. Estas vantagens definiram-se ainda mais nos séculos seguintes, ao longo do período que acompanhou a ascensão dos grandes impérios sudaneses: aquele do Mali e dos songhay.

Em síntese, de acordo com El Fasi (2010), as causas por trás da conversão dos impérios não-muçulmanos ao Islã eram tanto internas quanto externas. As motivações externas tinham um caráter predominantemente comercial, uma vez que as classes dirigentes da região buscavam controlar e explorar o comércio entre o Sudão e o Norte da África. Por conseguinte, era do interesse dessas classes apresentar, através da organização da sua corte, imagem devota ao Islã, visando estabelecer e fortalecer relações favoráveis com os parceiros muçulmanos.

No plano interno, um dos grandes problemas dos soberanos era assegurar a fidelidade das etnias e clãs politeístas que mantinham seus cultos ancestrais. Por isso, a adoção da religião do Islã, que possui por essência um

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

caráter universal, surge como uma solução possível. Desse modo, cria-se um esforço para implantá-la, ao menos, junto aos chefes de outras linhagens e clãs, objetivando entre eles um novo laço religioso (El Fasi, 2010, p.100).

Neste contexto, uma das sociedades que eram permissivas à infiltração do Islã se localizavam especificamente na bacia do Níger, denominadas de reinos sudaneses. O nome desses reinos se devia ao costume que os árabes tinham de se referir ao sul do Saara, como Bilad As Sudan, ou terra dos negros. Esta faixa geográfica, atualmente entendida como Sahel, é formada por um cinturão que vai do Atlântico ao Mar Vermelho, cobre a fronteira sul do Saara e a fronteira norte das savanas tropicais.

Dentre essas etnias, uma em específica se destaca, a dos soninquês da região de Wágádú no Sahel, pois, nessa conjuntura, conseguiu grande proeminência e controle político. Os soninquês ficavam mais ao Norte do Sahel, e por isso estavam em contato constante com os nômades do Saara. Esse contato se dava principalmente pelo comércio e pela guerra, a qual resultou com a conquista muçulmana no norte da África no século VII.

Essas trocas, baseadas em ouro vindo do sul e no sal vindo do norte, criaram grandes centros urbanos no Sahel, o que por sua vez aumentou o ímpeto de expansão territorial soninquê. Ao ponto que, a partir do século IX, os autores muçulmanos já conheciam um grande império que se estendia pela bacia do Níger, conhecido como Gana. Nesta lógica, Gana era o título dado aos governantes, tendo a sua origem semântica da língua soninquê para guerreiro.

Nesse contexto, havia dentre eles, mercadores convertidos à fé muçulmana, que constituíram, pouco a pouco, uma rede comercial no Sahel. Para El Fasi (2010), eles contribuíram amplamente para a propagação do Islã nas regiões não-muçulmanas do Sudão, onde nem os árabes penetraram (El Fasi 2010, p.120).

Sua posição geográfica se localizava exatamente entre o Saara e as cabeceiras dos rios Níger e Senegal. Era uma posição fundamental para o controle das principais rotas de comércio entre o deserto e a savana. Desse modo, a partir desse controle, foram estabelecidas as condições propícias para

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

o surgimento de um poder militar, que sustentava uma forma de governo e suas províncias. (Macedo, 2008, p.46).

Apesar do controle das relações comerciais, os soninquês não eram a única estrutura política da região. Outras sociedades locais, como a de Sila de Takrur e de Gao, compostas por outras etnias mande¹⁰ que não a Soninquê, disputavam a hegemonia na bacia do Níger. E no século XI, a hegemonia dos Wágádú cai e outras sociedades preenchem o vácuo de poder. Uma delas era a sociedade do Sosso, que por algumas décadas controlam Wágádú, até que uma outra etnia Mandê, os Mandinga se expandem e fundam uma estrutura política que seria ainda maior e mais poderosa do que os Wágádú, o Império do Mali (Macedo, 2008, p.73).

Mali.

Precisamente no século XIII, o império de Mali é formado através da unificação de várias tribos e cidades comerciais da região. Ao passo que, a necessidade de proteger os roteiros do ouro, e o aumento do comércio juntamente com contato com o Islã contribuíram provavelmente para desenvolver os mecanismos de mando. Por isso, grupos de vilarejos chegados passaram a reconhecer a autoridade religiosa e política de um chefe, o Mansa¹¹, que tinha a responsabilidade sobre todas as províncias (Lentz, 2011, p.45). Neste império, a organização política, assim como a muçulmana, também era vinculada à religião, visto que a palavra “mansa” tinha um significado religioso, de modo que governantes da localidade eram considerados líderes espirituais, e responsáveis por garantir a comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos. Segundo o antropólogo Marcel Griaule, o Mansa era o detentor da

¹⁰ "Os Mande eram um povo que habitou extensa área da África subsaariana, em torno do século XIII em um dos reinos muçulmanos do vale do Níger: o reino de Mali. Também conhecidos como Malinquê, estes escravos islamizados eram na Colônia chamados por malês. " SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.)

¹¹ "Os "mansa" eram uma categoria social na antiga sociedade do Mali, na África Ocidental, durante o período do Império do Mali, que existiu aproximadamente do século XIII ao XVI. O termo "mansa" era usado para se referir aos reis ou governantes do Império do Mali. "NIANE, D. **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

palavra sagrada, o depositário das tradições ancestrais e o guardião dos ritos que permitiam a comunicação com o mundo dos espíritos (Griaule, 1986, p.92).

Neste contexto, o primeiro líder foi Musa Keita, nascido em 1217 em Niani, que após o início do seu governo passa a ser a capital do Mali. Para Costa (2009), nesse período, Mali era um reino essencialmente agrícola. A população local desenvolvia a cultura do algodão e do amendoim, além da criação de gado. Em fortalecimento dessa estrutura, ele instituiu uma associação de trinta clãs de artesãos, formados de guerreiros e de homens livres. Com o crescimento do reino, a categoria dos escravos se multiplicou, cenário que mostra a escravidão nos reinos africanos.

Nesta conjuntura, ele procurou seguir a tendência de se converter ao Islã, haja vista os benefícios comerciais apontados anteriormente. Por isso, a fim de afirmar a sua fé, ele foi o primeiro entre os mansas que realizou a peregrinação¹² a Meca. Segundo Ki-Zerbo (1979), nota-se que havia a permanência da adoção da fé muçulmana dentre as elites africanas. Portanto, Mali nasce como um governo de caráter muçulmano.

Nesse sentido, vale ressaltar que antes da estruturação do Islã, o Sahel era composto por uma mistura de crenças animistas e tradições tribais. Os animismos eram as crenças religiosas mais antigas e amplamente difundidas entre os povos da região. Essa fé enfatizava a presença de espíritos em todos os aspectos da natureza, incluindo árvores, rios, montanhas e animais. Nesse sentido, as pessoas acreditavam que esses espíritos precisavam ser venerados e protegidos para garantir a harmonia e a proteção da comunidade (Rodney, 1972, p. 27).

Além disso, a tradição tribal também desempenhava um papel importante no sistema religioso da localidade. Cada tribo possuía seus próprios deuses, que eram transmitidos de geração em geração. Segundo a tradição local, esses deuses tribais eram frequentemente associados a eventos naturais, como

¹² A peregrinação a Meca, ou Hajj, é um dos cinco pilares do Islã. É um dever religioso que todo muçulmano adulto, fisicamente e financeiramente capaz deve realizar pelo menos uma vez na vida. (Alcorão Sagrado, capítulo 3, versículo 97).

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

chuvas e colheitas. Com o advento da fé muçulmana na região, muitos dos antigos símbolos animistas foram incorporados à nova religião. O Islã também trouxe uma série de novos valores e práticas, como o monoteísmo e a importância da oração. Mas, antigas crenças animistas persistiram e coexistiram pacificamente com as práticas da fé muçulmana (Rodney, 1972, p. 31) Portanto, o Mansa tinha uma autoridade própria que era constituída a partir de elementos políticos religiosos, vindos de um lado de culturas que já estavam na localidade antes da chegada dos muçulmanos, e do outro lado as do Islã.

Ademais, segundo Costa (2009), Mali teve sobretudo sua existência dependente do grande comércio transaariano que ligava o norte da África praticamente ao atual Guiné. Essas caravanas eram formadas por centenas de camelos que partiam dos centros mercantis da África do norte levando manufaturados para essa região, que eram trocados por cativos, marfim e ouro.

Enquanto isso, Mali, até então fundada por Keita, passa por uma sucessão de líderes chamados localmente de Mansa. Esses mansas controlavam o fluxo de ouro das rotas transaarianas, o que trouxe riqueza expressiva à região. Desse modo, entre os séculos XIII e XV, o Mali foi uma das maiores e mais importantes forças políticas, sociais e culturais de toda a África. A localidade também contava com arrojado sistema de governo baseado por uma complexa estrutura burocrática, que permitia ao Mansa a facilitada regência de governadores e oficiais menores de todo o Sahel, fazendo com que ele pudesse controlar e coletar impostos de uma vasta área. (Levtzion, 1973, p.59)

Entretanto, conforme Conrad (1982), o poder do Mansa era medido não pela extensão territorial do seu Império, já que entre os mandê as fronteiras eram fluidas e definidas pela queda ou ascensão de diferentes dinastias e etnias, mas, sim, na quantidade de pessoas que estavam sujeitas ao seu controle. O Mansa era também uma figura importante, já que para a população era um símbolo de ancestralidade étnica e coesão social. Além disso, ele exercia seu poder mantendo em sua posse uma grande quantidade de servos, que por vezes, podiam assumir importantes cargos administrativos, ou mesmo ascender socialmente. Ademais, organizava alianças e casamentos políticos com líderes

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

de tribos vizinhas, o que o ajudava a expandir seu poder e influência (Conrad, 1982, p. 31).

Costa (2009) aponta também que o grande sucesso de Mali foi causado pela maleabilidade diante dos diferentes grupos, além da tolerância com a pluralidade religiosa provida deles. Assim, esse sistema organizacional era vital devido às suas dimensões territoriais e à diversidade dos povos que abarcava, posto que o fluxo administrativo residia na capacidade de agregar e administrar uma grande variedade de culturas e etnias. Portanto, é possível afirmar que esse sistema foi decisivo para o sucesso e a expansão deste território, e merece ser destacado na análise histórica desta região.

Mansa Musa.

Após uma sucessão de mansas que perpetuaram esse ideário político, o que vai se destacar é Mansa Musa, que era neto de Keita. Segundo Costa (1992), ele foi um dos governantes mais importantes da história do Mali. Ele reinou de 1312 até sua morte em 1337, e foi responsável por transformar o império em um dos mais ricos e poderosos da África Ocidental.

Nos primeiros anos de Musa à frente do império Mali, Conrad (2012) aponta que:

A demanda por ouro aumentou em toda a Europa, visto que durante a Idade Média, muitos países europeus voltaram ao "padrão ouro", ou seja, um sistema monetário no qual o valor da moeda era diretamente vinculado ao valor do ouro. Logo, a demanda por ouro cresce, uma vez que a obtenção de mais ouro se fazia necessária, pois viabilizava o aumento de riqueza e poder. (Conrad, 2012, p. 23).

Por conseguinte, o comércio transaariano vai ser potencializado devido a essa conjuntura, à proporção que, para manter a economia funcionando, a Europa tinha que encontrar outras fontes de ouro, como a fornecida pela África Ocidental.

De acordo com Krasner (2017), o comércio de ouro com a Europa foi um dos principais fatores que impulsionou o sucesso econômico de Mali. O ouro era trocado por sal e outros bens na África Ocidental, e então, levado para a Europa, *Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

onde era usado para cunhar moedas, adornos e outros produtos de luxo. Entretanto, o ouro produzido em Mali não era apenas comercializado, era também utilizado na localidade para produzir joias, armas e vários outros símbolos de riqueza e status quo em toda localidade. (Krasner, 2017, p.28)

Mineração, agricultura e comércio formaram a base da economia do Mali. Suas minas, tanto as do próprio Mali quanto àquelas sob o seu controle, produziam grandes quantidades de ouro e sal. Seus agricultores se tornaram cada vez mais produtivos e diversificados sob a liderança do Mansa (Krasner, 2017, p.29). Isso proporcionou ao povo de Mali um estoque variado e abundante de alimentos. Foi o comércio, no entanto, que cresceu mais significativamente durante seu reinado.

A fim de melhorar esse cenário, o Mansa dá início a reformulação das rotas e das instalações comerciais, melhorando a rota transaariana e as relações com o norte da África.

Primeiramente, investiu em infraestrutura, construindo fortalezas e postos avançados para proteger as rotas comerciais do império e aumentar a segurança de seus territórios. Essas fortificações foram projetadas para proteger os viajantes e as mercadorias das investidas de saqueadores e invasores estrangeiros. Ademais, investiu em pontes, estradas e caravanaserai¹³ para facilitar o movimento de mercadorias e pessoas dentro e fora do império. Tal fato, proporcionou uma segurança generalizada que reinava durante a maior parte da época do Império malinês, favorecendo a expansão do comércio no Sudão Ocidental (El Fasi, 2010, p.124).

Ao passo que expandia as rotas comerciais do império, estabelecendo novos acordos comerciais com o Egito, Arábia e outras regiões do norte da África, ele também incentivava a produção de agricultura e a exploração de

¹³ "Caravanserai é uma palavra de origem persa que se refere a um tipo de pousada ou estalagem localizada ao longo de rotas comerciais. Essas estruturas foram construídas para acomodar caravanas de viajantes que cruzavam o deserto ou outras áreas remotas. Os caravanaserai geralmente ofereciam abrigo, comida, água e segurança para os viajantes e seus animais, além de permitir que eles trocassem mercadorias e informações. Eles eram uma parte essencial da infraestrutura de comércio e transporte no Oriente Médio, na Ásia Central e em outras partes do mundo antigo." Richard, F. G. **Caravanserai: Traces, Places, Dialogue in the Middle East**. Archetype Publications, 2003.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

minas de ouro e sal, aumentando ainda mais a riqueza do império. (Meihy, 2020, p. 3.)

Então, ao fortalecer a economia do império, investindo em minas de ouro e outros recursos naturais, se estabelecia rotas comerciais lucrativas com localidades como Marrocos e Egito. Além disso, também se criava uma estrutura de comércio interno, transportando mercadorias entre as diferentes regiões do império e incentivando a produção de bens agrícolas, como arroz e milho.

Devido a esse cenário, associou-se à Mansa Musa um ideário de riqueza e grandiosidade. Ainda assim, há historiadores que contestam essa representação idealizada. De acordo com o historiador Rodey (1972), a prosperidade do Império de Mali se baseou principalmente no trabalho forçado de camponeses, mineradores e artesãos escravizados, que eram obrigados a atuar nas minas de ouro e na produção de sal. Esses indivíduos eram frequentemente capturados em conflitos ou vendidos pelos próprios líderes locais (Rodney, 1972, p.130).

Em consonância a isso, Green (2019) aponta que Mali prosperou em grande parte através da exploração de escravizados, que, por sua vez, eram utilizados em minas de ouro. Ele menciona que o comércio de escravos, além do ouro e de sal, era uma fonte importante de renda no império. Ou seja, Mansa Musa, foi, em sua visão, responsável por manter e expandir o sistema de escravidão existente, visto que dependia dessa mão de obra para manter esse cenário na localidade (Green, 2019, p.614).

Por outro lado, assim como os mansas anteriores, Musa também se intitula muçulmano, e isso não foi à toa. Segundo Trimmingham (1970, p. 107), a adoção do Islã permitiu a ele estabelecer laços comuns de relação política e religiosa com outras regiões, incluindo o Egito, a Pérsia e a Arábia. Isso ajudou a fortalecer a posição do Império do Mali no cenário político internacional e garantir a continuidade do comércio com outras regiões.

Por conseguinte, no primeiro ano de seu reinado como imperador, Mansa Musa estipula o Islã como religião oficial do Mali, promovendo, assim, seu crescimento em todo o império. Outrossim, como seguidor do Islã, Mansa Musa

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

teve acesso à cultura e aos reinos do Mediterrâneo Oriental, facilitando seus relacionamentos e viagens. Devido a sua influência, seu território foi considerado um dos primeiros Estados islâmicos na África Ocidental. Além disso, seu sistema de justiça foi parcialmente influenciado pela doutrina do Islã (Oliver, 2013, p.87).

Dessa maneira, os comerciantes muçulmanos expandiram progressivamente suas atividades econômicas por meio de uma ampla rede de rotas comerciais no Mali, e em decorrência dessa situação, migraram para a capital do país, juntamente com outros muçulmanos vindos do norte da África. Como resultado, a localidade tornou-se um vasto império multiétnico, com crescente influência muçulmana em seu território e estabelecendo extensas relações com outras localidades. O Islã, assim como as rotas comerciais, desempenhou um papel fundamental na promoção da unidade imperial na região.

Contudo, Mansa Musa sabia que não devia forçar seus súditos a se converterem ao Islã, em razão de muitos acreditarem em espíritos e magia (Krasner, 2017 p.31). Essa crença se fazia presente principalmente na extração de ouro, pois segundo a tradição local, somente através de um ritual associado com os espíritos, a terra produziria o ouro.

Posto isto, para Ki-Zerbo (1996), o Mansa utiliza uma “política modernizadora”, que por sua vez, tinha como base as relações do Estado com os centros urbanos islamizados, onde se concentravam os principais mercados responsáveis por escoar tanto os produtos vindos do exterior via comércio transaariano, quanto os produtos vindos do interior através da ação dos comerciantes soninquês e mandingas. Nas cidades islamizadas, concentraram-se boa parte das atenções do governo do Mansa. Assim, ele financiou a construção de mesquitas e prédios públicos nas cidades cosmopolitas do

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

império como Tombuctu¹⁴, Djenné¹⁵ e Gao¹⁶, exemplos práticos do aprofundamento dessa política.

Outrossim, a fim de reafirmar a sua fé, ele consolidou escolas e universidades que promoviam o Islã e incorporaram os valores do Alcorão. Krasner (2017) afirma que além de centros de ensino, suas principais realizações foram a construção de mesquitas, palácios e hospitais que ajudaram a promover a cultura e a arquitetura muçulmana.

Além disso, Mansa Musa foi um grande patrocinador das artes e da literatura, visto que apoiava a produção de diversas obras que contribuíram para a preservação da história e da cultura do império. Seu interesse em promover a educação e a cultura também foram responsáveis por atrair estudantes e acadêmicos de diferentes regiões do mundo para Tombuctu, cidade que se tornou um importante centro de estudos e conhecimento na época (Geertz, 2000, p.46).

Macedo (2013) corrobora com a ideia do investimento na educação afirmando que:

Mansa Musa trouxe sábios, poetas e conhecedores da lei muçulmana para ensinar nas madraças, isto é, as escolas corânicas, sobretudo nas cidades de Tombou e Djenné. Mandou erguer edifícios religiosos e palácios, inaugurando o estilo de arquitetura sudanesa que se mantém até a atualidade. As construções, feitas com argila, têm portas e aberturas decoradas com motivos de inspiração muçulmana, com arabescos deslumbrantes. Um dos mais belos templos construídos neste estilo, a Grande Mesquita de Djenné, foi classificado pela Unesco como patrimônio histórico da humanidade. (Macedo, 2013, p.57).

¹⁴ "Cidade de Mali, na África Ocidental. Fundada no século XI. Cruzamento das rotas comerciais saarianas, foi também importante centro irradiador da cultura afro-islâmica. Conta-se que lá, no apogeu do Mali, o comércio de textos descritos (os livros da época) superava outras modalidades comerciais". No entanto, durante o apogeu do Mali, Tombuctu era cidade englobada por este império. Com o início de seu gradual desmembramento a partir do final do século XIV, passou a esfera de influência do império Songai, que passou a disputar com o Mali a hegemonia no Sudão Ocidental." LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**, São Paulo: Selo negro p. 652, 2011.

¹⁵ "Cidade tributária – localizada na África Ocidental – do império do Mali que desde o século XIII já era considerada pelo Estado como cidade islamita" (SILVA, 1992. p. 333 - 334, 2006.)

¹⁶ "Cidade-Estado da Idade Média africana, centro do poder Songai. Porém, no século XIV, Gao estava sob a órbita de vassalagem do império do Mali." LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**, São Paulo: Selo negro, p. 293, 2011.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Consequentemente, as obras públicas patrocinadas por Mansa Musa também demonstraram a riqueza e o poder do império de Mali, tal fato consolidava ainda mais o status dele como um líder influente e respeitado na região. Logo, essas construções grandiosas e os investimentos em educação e cultura foram parte da estratégia dele para consolidar seu poder no império e estabelecer alianças com outras regiões africanas. Esse desenvolvimento na educação, religião e infraestrutura gerou a atração especialmente de clérigos muçulmanos, que passaram a visitar Mali, aumentando a influência e a disseminação do Islã. Dessa forma, com o tempo, essa influência permitiu que o Islã fosse considerado uma religião nativa ao invés de uma religião estrangeira que teve influência sobre o local (Krasner, 2017, p.35).

Portanto, neste momento, a localização geográfica do império de Mali, era o principal destino do Saara. Então em 1324, Mansa Musa, a fim de melhorar as relações com os poderes muçulmanos que controlavam muitas das rotas de comércio transaarianas, decidiu realizar Hajj, com a finalidade de legitimar sua fé visitando os locais sagrados do Islã. Esta viagem serviria para cumprir seus deveres como muçulmano, aderindo ao último dos cinco Pilares do Islã. Sendo assim, para Musa, o Hajj não era apenas uma questão religiosa, mas também uma oportunidade para estabelecer relações diplomáticas com outros líderes muçulmanos e promover comércio com outras regiões muçulmanas.

Nesse sentido, Mansa Musa se prepara minuciosamente para a peregrinação. Para Silva (1992), ele:

Deve ter levantado tributos especiais do império, em mantimentos, cavalos, dromedários e ouro. Quando teve tudo disposto, pôs-se em marcha, acompanhado por milhares de pessoas, grandes da corte, soldados, escravos, e com cem camelos alojados de metal amarelo. (Silva, 1992, p.362)

Para dimensionar esse preparo, estes animais que seriam levados na expedição deveriam ser usados para transportar bagagens, pessoas e servir como fonte de alimento. Ademais, carregavam o fator de grandiosidade do Hajj o ouro, para o autor cerca de trinta mil libras do metal foram levadas nesta peregrinação (Conrad, 2005, p.37).

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Para Silva (1992):

este exagero em ouro, devia a Musa ser senhor de um extenso império, cuja prosperidade e bem-estar ficavam muito aquém, contudo, do que sugeria a sua pródiga ostentação. Tal ouro que levava provinha possivelmente dos armazéns onde ele e seus antecessores haviam acumulado os tributos das regiões auríferas e os impostos derivados do comércio a distância. (Silva, 1992, p.363)

Assim, Mansa Musa e sua grande caravana, em 1324, saíram da capital, Niani, seguindo uma rota ao longo do rio Níger até Mema, e depois a Taut, na África Central. Taut foi uma parada importante para Musa, visto que era um centro comercial que recebia visitas contínuas de comerciantes que vinham do Egito e até de Maiorca¹⁷. Além disso, essa parada possibilitou a atração para o Hajj de comerciantes de todas as religiões e crenças, a maioria dos quais consistia em muçulmanos e judeus.

Ao passo que, Silva (1992) evidencia a possibilidade de:

Mansa Musa deve ter-se apercebido do isolamento do Mali, de sua posição marginal no mundo muçulmano, de sua timidez diante da novidade e da mudança. Daí o empenho em encorajar a expansão da cultura islâmica no império e em desenvolver o diálogo político com o Egito (Silva, 1992, p. 297).

Nesse sentido, após oito meses do início do Hajj, a caravana finalmente chegou ao Egito, acampando perto das Pirâmides de Gizé por três dias. Musa, após esse período, envia um presente de cinquenta mil dinares ao sultão do Egito, a fim de anunciar a sua chegada (Krasner, 2017, p.40). Nota-se que a quantia do presente claramente era com o fito de sinalizar a grandeza do imperador maliano. Para Silva (1992):

Sua fama era a de um rei riquíssimo, a do senhor do ouro. Construiu-a a insensatez com que esbanjou mais de uma tonelada desse metal no Cairo, na cidade santa e ao longo da rota entre o Mali e Meca, fazendo com que o preço do ouro decaísse. (SILVA, 1992 p.362)

¹⁷ "Maiorca faz parte das ilhas Baleares da Espanha, neste contexto, era uma das principais rotas comerciais que ligava o Ocidente ao Oriente. Isso a tornava um ponto de passagem obrigatório para as rotas comerciais advindas da África Ocidental. " RIQUER, M. **História de la literatura catalana**. Barcelona: Edicions Ariel, vol. I. p.21, 1964.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Não obstante, Charles (2019) afirma que existem algumas discrepâncias nos registros disponíveis da viagem. A maioria dos griots¹⁸ narravam sobre sua grande generosidade em distribuir esmolas aos pobres que encontrou no caminho, entretanto, outros relatam a sua relativa mesquinhez em prover recursos aos que peregrinavam com ele (Charles, 2019 p.34).

Após isso, entrou na capital Cairo onde permaneceu por três meses antes de continuar sua peregrinação à Meca. Com amplas provisões, após esse período, Musa retomou a sua peregrinação, agora, rumo à Meca. Assim, ele e sua caravana cruzaram o Mar Vermelho, chegando ao que hoje é a costa Ocidental da Arábia Saudita.

Antes de se deslocar à Meca, Musa visitou a cidade de Medina. Nesse sentido, Oliver (2013) aponta que:

Como a maioria dos peregrinos muçulmanos que visitam Medina, o Mansa foi à Mesquita do Profeta para rezar em frente ao túmulo de Maomé. Ele também visitou outras mesquitas e santuários, teve longas conversas com alguns dos estudiosos muçulmanos que conheceu lá e deu muito mais ouro. [...] Quando ele deixou Medina para Meca, o Mansa seguiu o mesmo caminho que Maomé havia tomado. (Oliver, 2013, p.48)

Assim, após chegar à Meca, Musa, assim como seguidor do Islã, teve que aderir aos ritos da peregrinação. O ponto alto da peregrinação foi uma visita a Arafat, colina de onde o Profeta proferiu seu Sermão de Despedida àqueles que haviam completado o Hajj com ele. Outro ritual, era entrar na Grande Mesquita¹⁹, circundar o antigo edifício de pedra (Al Kaaba) em seu centro sete vezes, cada vez beijando e tocando a Sagrada Pedra com as suas respectivas orações.

Depois de completar sua peregrinação, o Mansa ficou em Meca para rezar e conversar com muitos dos estudiosos da localidade. Como apenas os

¹⁸ “Termo do vocabulário franco-africano, criado na época colonial, para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes às quais, em geral, está a serviço. Presente sobretudo na África ocidental, notadamente onde se desenvolveram os faustosos impérios medievais africanos (Gana, Mali, Songai etc.)” LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**, São Paulo: Selo negro p. 310, 2011.

¹⁹ “Grande Mesquita de Meca ou Masjid al-Haram, também chamada de Mesquita Sagrada é o lugar que é considerado o maior centro de peregrinação do mundo, localizado na cidade de Meca, na Arábia Saudita, para os muçulmanos é o lugar mais sagrado do Islã. ”

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

muçulmanos tinham permissão para entrar em Meca, todos os estudiosos eram muçulmanos (Oliver, 2013, p.50). Desta forma, Mansa vai aprender novos aspectos sobre a religião, assim como também arquitetura, astronomia e agricultura.

Mediante a essa circunstância, Musa, nos três meses em que ficou em Meca, ganha o título de Hajj, aquele que fez a peregrinação. E, com isso, neste término, ele pede que três descendentes do Profeta o acompanhassem de volta ao Mali, a fim de legitimar a grandiosidade da sua peregrinação. (Krasner, 2017, p.46). Musa também retorna com um arquiteto árabe da Espanha chamado Abu al-Sahili, o qual foi responsável por um estilo arquitetônico que ainda pode ser visto em muitas vilas e cidades da África Ocidental. Uma das suas obras principais foi a Mesquita Sankore,²⁰ em Tombuctu. Além disso, outras pessoas acompanharam Musa até Mali, poetas, arquitetos e estudiosos da lei muçulmana, o que transformou as capitais da localidade em grandes centros do saber muçulmano.

Antes de sua viagem à Meca, Mansa Musa já havia disseminado o Islã construindo mesquitas, escolas e universidades que ensinavam valores e ensinamentos corânicos. Em seu retorno, ele constrói mais universidades e convoca estudiosos de vários locais para o Mali. Destarte, as pessoas vinham de todo o mundo para visitar a cidade e aprender mais sobre os valores do Islã. Musa também patrocinou acadêmicos e os enviou a Fez,²¹ no Marrocos, para aprender mais sobre esses preceitos. Depois de passar algum tempo no Marrocos, os acadêmicos seriam chamados de volta ao Mali e nomeados

²⁰ "Mesquita ou Madraça de Sankore, que é a mais antiga dos três centros de ensino de Tombuctu, no Mali. Ao final do reinado de mansa Musa, este local foi transformado em um centro de ensino, possuindo o maior acervo de livros e manuscritos da África desde a biblioteca de Alexandria, com um nível de aprendizado que superava o de muitas escolas islâmicas do mesmo período." HAMDUN, S. **Ibn Battuta in Black África**. Princeton, N.J.: Markus Wiener. p. 52, 1994.

²¹"Fez é uma cidade localizada no nordeste do Marrocos, é uma cidade muito importante da civilização, e da cultura e da educação islâmica. Na localidade que se encontra a universidade mais antiga do mundo, a Universidade Al Quaraouiyine. Ela foi estabelecida em 859 por Fatima al-Fihri – uma jovem tunisiana que fez sua vida no Marrocos. A universidade é reconhecida tanto pela UNESCO quanto pelo Guinness Book, o Livro dos Recordes, como a instituição de ensino ainda em atividade mais antiga do mundo e a primeira a conceder diplomas universitários." Nader, E. **A universidade mais antiga do mundo foi fundada por uma mulher muçulmana**. Vice: 2016. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/pgevnny/a-universidade-mais-antiga-do-mundo-foi-fundada-por-uma-mulher-muculmana>.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

professores em escolas e universidades para compartilhar o que haviam aprendido.

Assim, o império atingiu seu tamanho máximo, pois sua autoridade se estendia pelo atual Mali, além da fama, que percorria todo norte da África Ocidental e a Europa. Neste auge, Mansa Musa morreu, em 1337, deixando o seu império para o seu filho Muhammad, também conhecido como Mansa Magha.

Portanto, o fortalecimento de uma verdadeira “política modernizadora de islamização” feita por Mansa Musa foi extremamente conveniente para os objetivos político-econômicos da localidade. Assim, os incentivos do Estado e a islamização de grupos seletos da sociedade refletiam a necessidade de interação junto ao mundo muçulmano que permeava essa conjuntura, tendo em vista que estas relações de comércio de longa distância se desenvolviam através dos planos políticos, econômicos, culturais e ideológicos.

Apesar do Mali ter se mantido como um polo cultural por séculos, a localidade passou a enfrentar problemas na manutenção da hegemonia política por volta do século XV.

Os Mandinga estavam cada vez mais cercados por sociedades políticas em ascensão. Um deles, Songai, liderado por Suniali, tomou a hegemonia da região. Em seu governo, ele capturou importantes cidades, como Tombuctu e Djenné. Os Mandinga, assim como os Soninquês, continuavam existindo, porém sem a mesma dimensão de autoridade. A estrutura política que foi deixada por Suniali, conhecida como império Songai, seria tão grande como a do Mali, porém não se manteria hegemônica por muito tempo. No final do século XVI, os Songai perderam quase toda a sua autoridade diante do Marrocos e de outras sociedades da própria África Ocidental.

Diante dessa narrativa, dos impérios sudaneses, dessas grandes sociedades que se formaram na bacia do Níger, prosperaram através da simbiose religiosa e do controle comercial do ouro, pode-se entender alguns fatores desse evento.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Em primeiro lugar, apesar da historiografia apresentar uma linha temporal baseada nas denominações imperiais, isto é, império do Gana, império do Mali e império de Songai, o que se nota, é uma fluida troca de autoridade étnica, entre diferentes grupos mandê. Primeiro, os soninquês, depois os Mandinga e depois os Songai. Logo, apesar dessa sucessão de poder, que muito se relacionava com o controle de minas de ouro da África Central, todos esses grupos coexistiram ao mesmo tempo, e continuaram existindo mesmo depois de perderem a hegemonia.

O tempo dos impérios sudaneses não é, portanto, uma janela que separa a antiguidade e a modernidade, mas um contexto econômico que apenas coincidiu com a expansão muçulmana. Ao passo que, mesmo com a expansão da fé e costumes muçulmanos no Sahel, é necessário entender que, em conjunto a isso, as estruturas e tradições locais não se alteravam. Assim sendo, é necessário ressaltar a importância desses grupos étnicos a fim de entender as permanências e sociabilidades mandê.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Considerações finais.

A partir da ascensão de Maomé, surge uma nova contexto de civilização na Península Arábica, com a proposta de submissão incondicional a um único Deus. Desse modo, esse propósito substituiu os preceitos de conduta social e religiosa, que tradicionalmente eram praticados pelas tribos árabes. Logo, esse ideário possibilitou a criação de um novo modelo de organização onde a religião e a política não eram dissociadas. Com essa perspectiva, a difusão da fé muçulmana para além de seus territórios não visava em suma a destruição física ou eliminação cultural dos conquistados, mas, sim, uma penetração com o objetivo primordial de utilizar métodos que possibilitassem o aumento de recursos, como a maleabilidade religiosa. Segundo Vernet (2004), essa lógica permeou os modelos de centralização política que orientaram a expansão muçulmana após a morte de Maomé, em 632.

Desse modo, após a morte do Profeta, os muçulmanos se ocuparam em se expandir por diversos territórios, e, já no século VII, alcançaram o continente africano. Nessa conjuntura, deram início a um processo de conversão de povos, alcançando principalmente seus líderes e a corte, influenciando, assim, os reinos na área política, administrativa e por suposto religiosa. Entretanto, também foram influenciados pelos povos locais, resultado do convívio, e das trocas culturais advindas de uma coexistência duradoura.

Desta forma, o Islã se instalou e levou consigo, em segundo plano, sua cultura aos povos conquistados. A partir da maleabilidade da fé muçulmana, os comerciantes muçulmanos conheceram diferentes territórios, e, a partir do intenso contato, criaram identificação e assimilação. Porém, mesmo nestas condições, a não aceitação da fé muçulmana também acontecia, pois, mesmo a corte convertida ao Islã e os reinos africanos mantinham suas práticas religiosas, como por exemplo, o culto animista.

A exemplo disto, surge, entre as tribos africanas, um império que nasce com as bases do Islã, o Mali. Seus governantes, os mansas, adotaram os pilares da fé muçulmana em sua totalidade. Isso se vê no grande empenho de Mansa

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

Musa em, num primeiro momento, investir na construção de mesquitas e escolas de ensino corânico, e depois, na realização de uma peregrinação grandiosa, que reafirmava sua fé perante os muçulmanos árabes, angariando assim, mais benefícios comerciais. Contudo, os mansas não forçaram seus súditos a se converterem ao Islã, pois a visão de mundo dos malineses ainda era associada a espíritos e magia de religiões ancestrais, praticada principalmente na extração de ouro e sal.

Então, pode-se concluir que a infiltração do Islã na África Negra ocorreu em um complexo processo de reelaboração e adaptação no qual as relações entre o Islã e as religiões africanas oscilaram entre a acomodação e o confronto (Macedo, 2013, p. 29), onde, geralmente, as estruturas sócio-políticas tradicionais prevaleciam sobre as influências vindas do exterior. Para o autor, essa heterogeneidade sociopolítica assentiu em dois fatores que garantiriam seu apogeu: o aperfeiçoamento de um sistema político absolutamente maleável, porém centralizador, e a tolerância religiosa entre os grupos sudaneses ligados ao Estado e ao comércio.

Referências Bibliográficas.

AL-AZMEH, A. **The Arabs and Islam in Late Antiquity: A Critique of Approaches to Arabic Sources.** Berlim: Gerlach Press, 2014.

ARBEX J. **Islã - um enigma da nossa época.** São Paulo: Moderna, 1996.

ARMSTRONG, K. **Maomé: Uma biografia do Profeta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BETHWELL, O. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII.** Brasília: UNESCO, 2010.

BISSIO, B. **O mundo falava árabe: A Civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

CHARLES, R. **Mansa Musa and Tombouktu. The History of the West African Emperor and Medieval Africa 's Most Fabled City**. Vancouver: Independently Published, 2019.

CONRAD, D. **Empires of Medieval West Africa Ghana, Mali, And Songhay**. Nova York: Facts On File, 2005.

COSTA, R. **A expansão árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI)**. Pearson Pretice Hall, 2009. Disponível em: <<https://www.ricardocosta.com/artigo/expansao-arabe-na-africa-e-os-imperios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvi>> Acesso em: 5 de maio de 2022.

CURTIN, P. **Economic Change in Precolonial Africa. Senegambia in the Era of the Slave Trade**. Madison: University of Westminster Press, 1975.

DAVIDSON, B. **O Reino do Ouro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEMANT, P. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2008.

DRAMANI-ISSIFOU, Zakari. **O Islã como sistema social na África, desde o século VII. In: Mohammed El Fasi. História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010.

EI FASI, M. **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010.

GEERTZ, C. **Observando o islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GIORDANI, G. **História do mundo árabe medieval**. São Paulo: Vozes, 1992.

GREEN, T. **A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

GRIAULE, M. **Conversas com Ogotemmêli**. Petropolis: Vozes, 1986.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

HOPKINS, G. **An Economic History of West África**. Londres: Longman, 1973.

HOURANI, A. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HRBEK, I. **A difusão do islã na África, ao Sul do Saara**. In: **Mohammed El Fasi. História geral da África, III: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010.

JOMIER, J. **Islamismo: história e doutrina**. Petrópolis: Vozes, 1993.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. Lisboa: Edições 70, 1996.

KRASNER, B. **Mansa Musa the Most Famous African Traveler to Mecca**. Nova York: Rosen Publishing, 2017.

LENTZ, C. **Ethnicity, and the Making of History in Northern Ghana**. London: Edinburgh University Press, 2006.

LEVTZION, N. **The thirteenth, and fourteenth-century kings of Mali**. London: Journal of African History, 1962.

MACEDO, J. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MANTRAN, R. **Expansão Muçulmana**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

MEIHY, M. **Xangô vai à Meca: Islã, comércio e as religiões tradicionais yorubas**. São Paulo: Exilium, 2020.

MONTEIL, V. **O Islão na África Negra**. Lyon: Université de Lyon, 1967.

OLIVER, J. **Mansa Musa, and the Empire of Mali**. Scotts Valley: Createspace Pub, 2013.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.

PIAZZA, O. **Religiões da humanidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

RODNEY, Walter. **How Europe Underdeveloped África**. London: Bogle-L'Overture Publications, 1972.

RODRIGUES, J. **Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras; 2ª edição, 2022.

ROLAND, O. **A Short History of África**. West Yorkshire: Penguin Books, 1978.

SILVA, A. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVÉRIO, R. **Síntese da coleção História Geral da África: Pré-história ao século XVI**. Brasília: UNESCO, 2013.

TRIMINGHAM J. **History of Islam in West África**. Oxford: University Press, 1970.

VERNET, J. **As origens do Islã**. São Paulo: Globo S.A, 2004.

*Artigo feito como requisito para a obtenção do grau de licenciado em História em fevereiro de 2024.